



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul

CRENCIAMENTO ENFAM

PLANEJAMENTO DE ENSINO:



1. PROGRAMA DE FORMAÇÃO/CURSO:	
Tema do Curso	II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário
2. INFORMAÇÕES GERAIS	
Categoria/natureza do curso	Programa de Formação Continuada: vitaliciamento e promoção (art. 4º, II, art. 7º, I e II e art. 26 da Resolução Enfam n. 2/2016)
Requerente	Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul – EJUD-MS
Diretor-Geral	Desembargador Odemilson Roberto Castro Fassa
Vice-Diretor	Desembargador Marco André Nogueira Hanson
Período de inscrição	11 a 15 de setembro de 2023
Período de realização	4 a 6 de outubro de 2023
Modalidade	Presencial
Carga horária	16 (dezesesseis) horas-aula
Público-alvo	-Ministros, Magistrados e servidores do Poder Judiciário; integrantes dos Centros de Inteligência de todo o Poder Judiciário (Estadual, Federal. Trabalhista, Eleitoral);
Número de vagas	150 (cento e cinquenta)
Número de turmas	1 (uma)
Local de realização	Centro de Convenções de Bonito-MS: Rodovia Bonito/Guia Lopes, Km 02, Bonito - MS, 79290-000, Bonito – MS.
Horário	Atividades presenciais: 04/10/2023 – das 18h às 22h. (4h) 05/10/2023 – das 8h às 12h e das 14h às 18h. (8h) 06/10/2023 – das 8h às 12h. (4h)
Coordenadora do Curso	Dra. Kelly Gaspar Duarte CPF: 222.844.168-61 Síntese do currículo: Mestre em Direito e Poder Judiciário da Enfam (2023). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Votuporanga (2004). Assessora Jurídica de Juiz de Entrância Especial - 2006 à 2011. Juíza de Direito do Tribunal

	de Justiça de Mato Grosso do Sul (ingresso em 2011). Titular da Vara Criminal da Comarca de Aquidauana. Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Judiciária, pela UFMS (2017/2019). Formadora da Enfam (2019). Integrante do LABJUS - Laboratório de Inovação do TJMS. Coordenadora Pedagógica da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud-MS. Curso de Formação de Formadores – Enfam: sim Dados de contato: Tel.: (67) 99623-2367 / E-mail: kelly.duarte@tjms.jus.br
Contatos Ejud-MS	Caixa postal eletrônica: ejud@tjms.jus.br; Diretor-Geral da Ejud MS: Desembargador Odemilson Roberto Castro Fassa – e-mail: odemilson.fassa@tjms.jus.br / fone (67) 3314-1374. Diretora da Secretaria da Escola Judicial: Tamara Cândia D'Oliveira Rioja – e-mail: tamara.doliveira@tjms.jus.br / fone (67) 3314-1444. Coordenadora Pedagógica: Juíza Kelly Gaspar Duarte – e-mail: kelly.duarte@tjms.jus.br / fone (67) 3314-1772.

3. EMENTA

Centros de Inteligência. Cooperação entre as Justiças. Identificação e tratamento de demandas estratégicas, repetitivas e de massa no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro. Proposições e discussões que envolvam as atribuições dos Centros de Inteligência, incluindo as justiças estadual, federal, e do trabalho. Colaboração entre as diferentes esferas judiciárias. Causas subjacentes e estratégias para a redução da judicialização capazes de impulsionar positivamente os serviços judiciais. Pensamento sistêmico. Solução de problemas complexos.

4. JUSTIFICATIVA

Em outubro de 2020, o CNJ criou o Centro de Inteligência do Poder Judiciário – CIPJ e a rede de Centros de Inteligência do Poder Judiciário, com o objetivo de identificar e propor tratamento adequado de demandas estratégicas ou repetitivas e de massa no Poder Judiciário Brasileiro.

Dentre as principais competências dos centros, cita-se a prevenção do ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa, a partir da identificação das causas geradoras do litígio, e a propositura de recomendações para uniformização de procedimentos e rotinas cartorárias e notas técnicas para aperfeiçoamento da legislação.

A partir da criação dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário nos Estados, os entes federativos se reuniram no I Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, realizado nos dias 1º a 3/06/2022, em Minas Gerais, para a troca de ideias e de boas experiências entre os participantes, em busca do aperfeiçoamento contínuo dos serviços do Judiciário.

O Encontro proporcionou debates sobre demandas repetitivas e suas causas, com apresentação de boas práticas para reduzir a judicialização e acervo de processos.

Nesta segunda edição do Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, a pretensão é fomentar a cooperação, a rede, estabelecer proposições e discussões relacionadas as atribuições dos Centros de Inteligências, com a integração das justiças estadual, federal, do trabalho, eleitoral, em sintonia com as particularidades de cada Justiça e região do país.

Consequentemente, o Encontro Nacional dos Centros de Inteligência constitui-se em foro de trabalho com a função de promover cooperação entre os ramos da Justiça, como ferramenta de pacificação social, em especial no tratamento adequado de demandas complexas, estruturais, repetitivas ou de massa,

com vistas à prevenção da litigiosidade. Além de estudo e aprofundamento dos temas jurídicos e questões judiciais que possam ter repercussão em todos os ramos da Justiça.

As atividades a serem desenvolvidas tem como proposta trazer o tema da cooperação institucional para debate, promover trocas de experiências e propor a construção de soluções práticas para os problemas estruturais e sistêmicos do Poder Judiciário Brasileiro.

Nesse contexto, o aprimoramento dos conhecimentos e diálogo entre os magistrados e servidores constitui necessidade premente para o deslinde de controvérsias, idealização de soluções práticas e delineamento de um novo modelo de jurisdição, que corresponda aos anseios da sociedade por respostas rápidas, eficientes e eficazes.

Desta forma, serão observadas as diretrizes pedagógicas emanadas pela ENFAM, com foco no exercício da função judicante e no ambiente de trabalho do magistrado, a partir dos quais haverá problematização da realidade, indissociáveis dos conhecimentos teóricos e práticos.

A ação educacional foi planejada e executada tomando como referência o tripé de saberes - o saber, o saber fazer e o saber ser – no contexto da Magistratura comprometida com a ética, a competência e a eficiência.

Assim, o conhecimento e o constante aprimoramento da qualificação dos magistrados, favorecem o alcance da eficiência buscada no exercício da função e contribuem para melhoria dos serviços forenses ofertados à sociedade e do próprio aperfeiçoamento do judiciário estadual, em consonância com o art. 6º, I, da Instrução Normativa Enfam n. 01/2017.

5. OBJETIVO

5.1 Objetivo Geral:

Ao final do curso, os magistrados e servidores discentes estarão capacitados a realizar a identificação de demandas repetitivas e de massa no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro; a importância da atuação dos Centros de Inteligência e da cooperação entre as justiças, bem como tratar as causas subjacentes desenvolvendo estratégias para a redução da judicialização de forma a impulsionar positivamente os serviços judiciais.

5.2 Objetivos Específicos:

Almeja-se que o(a) magistrado(a) e o(a) servidor(a), ao final do curso, sejam capazes de:

- ANALISAR a atuação dos Centros de Inteligência e as discussões que envolvem as atribuições, contextualizando-a no panorama nacional;
- COMPREENDER as possibilidades de cooperação entre as justiças do Brasil e do Paraguai.
- APLICAR o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos; IDENTIFICAR a gestão de precedentes, as potencialidades da cooperação jurídica e a atuação dos Centros de Inteligência da Justiça Federal.
- CONHECER o trabalho da Justiça do Trabalho na prevenção da litigiosidade predatória; IDENTIFICAR o DataJud como política de prevenção e MONITORAR a litigância repetitiva.
- APLICAR a cooperação judicial, inclusive nas demandas estruturais, com ênfase na gestão e controle das demandas predatórias.
- DESENVOLVER a atuação em rede entre as Justiças.

6. PROGRAMAÇÃO / ESTRUTURA DO CURSO

6.1 PALESTRAS DE ABERTURA

Data: 04/10/2023

Horário: 18h às 22h

Palestra: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca - STJ

Síntese do currículo: Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 26/5/2015. Professor da Universidade Federal do Maranhão. Teve sua formação acadêmica realizada na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde obteve o título de Bacharel em Direito (1985). Especialização em Direito Constitucional (área de concentração: Semiologia Política, com ênfase em Direito, Democracia e Constituinte), pela Universidade Federal do Maranhão, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Direito Penal e Processo Penal, pela Universidade de Brasília – UnB. Curso de Alto nível em Inteligência Financeira – ABIN – COAF – ESAF. Cursos de aperfeiçoamento e Colóquios Internacionais de Direito Constitucional, Administrativo, Processo Civil e Tributário do Conselho da Justiça Federal com a Universidade Humboldt de Berlim e o Instituto de Direito Civil e Processual Civil Alemão e Comparado da Universidade de Friburgo, em cooperação com o Superior Tribunal Administrativo de Leipzig e Superior Tribunal Financeiro de Munique, na Alemanha. Curso de aperfeiçoamento em Democracia e Desenvolvimento, realizado no Departamento Di Giurisprudenza da Universidade de Siena – Itália. Mestrado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Doutorado em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo – FADISP, com pesquisa realizada na Universidade de Siena- Itália. Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos – Ius Gentium Conimbrigae / Centro de Direitos Humanos (IGC) – Universidade de Coimbra – Portugal.

Curso de Formação de Formadores - Enfam: Não

Dados de contato: Tel.: (61)3319-7167 / E-mail: reynaldo.fonseca@stj.jus.br

6.2 PAINEL I

Data: 05/10/2023

Horário: 8h às 10h

Presidente de mesa: Des. Salise Monteiro Sanchotene (Conselheira do CNJ)

Síntese do currículo: Doutora em Direito Público e Filosofia Jurídica pela Universidade Autônoma de Madrid, com defesa da tese “O Delito de Uso de Informação Privilegiada: Contexto, Evolução e Bem Jurídico. Estudo Comparado dos Ordenamentos Jurídicos Espanhol e Brasileiro”, em 2017. Especialista em Direito Penal lato sensu, Centro de Estudos Judiciários, Conselho da Justiça Federal, em convênio com a Universidade Nacional de Brasília – UNB, em 1998. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, em 1988. Conselheira do Conselho Nacional de Justiça. Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desde 2016.

Tema: Os centros de inteligência e o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos

Expositora: Des. Taís Schilling Ferraz

CPF: 675.826.800-49

Síntese do currículo: Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Presidente da 6ª Turma - Previdenciário e Saúde e Integrante da Comissão de Gestão de Precedentes. Membro do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal. Formada em Direito pela UFRGS. Mestre em Direito pela PUC/RS, linha de pesquisa: Teoria geral da Jurisdição e do Processo. Doutora em Ciências Criminais pela PUC/RS, linha de pesquisa: violência e segurança pública. Professora do corpo docente permanente do Mestrado da ENFAM. Vice-coordenadora do Mestrado da ENFAM. Docente e formadora de formadores na Escola da Magistratura - EMAGIS do TRF da 4ª Região e na ENFAM, tendo realizado curso de formação de formadores na Escola Nacional da Magistratura da França – ENM; professora de processo civil no curso de pós-graduação da ESMAFE/RS e da ESMAFE/PR. Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Inovare. Foi juíza Auxiliar da Presidência do STF, nas gestões dos Ministros Ellen Gracie e Gilmar Mendes, de 2008 a 2010 e Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP em dois mandatos consecutivos, de 2009 a 2013.

Curso de Formação de Formadores-Enfam: Sim

Dados de contato: Tel.: (51) 9946-18338 E-mail: taissferraz@gmail.com

Tema: Centros de inteligência e a gestão de precedentes

Expositor: Dr. Marcelo Ornellas Marchiori

CPF: 722.246.221-04

Síntese do currículo: Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Analista Judiciário do Superior Tribunal de Justiça. Assessor-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) do Superior Tribunal de Justiça. Exerceu o cargo de Secretário de Gestão de Precedentes do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 2020 e 2022. Membro do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual Civil (ABPC).

Curso de Formação de Formadores-Enfam: Não

Dados de contato: Tel.: (61)9812-40109 E-mail: marcelo.ornellas@gmail.com

Tema: Cooperação jurídica: potencialidades e boas práticas

Expositor: Dr. Sílvio Neves Baptista Filho

CPF: 881.753.674-15

Síntese do currículo: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Mestre em Judiciário e Direito pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Integrante do Grupo de Pesquisa Centros de Inteligência e Formação judicial em Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes, do programa de pós-graduação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Coordenador da Rede Nordeste de Cooperação Judiciária. Coordenador do Comitê de Governança de TI do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Coordenador do Núcleo de Cooperação Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Presidente do Comitê Gestor para acompanhamento das ações previstas na Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ do TJPE. Membro da Associação Norte e Nordeste dos Professores de Processo - ANNEP. Membro da Comissão da Aplicação de Soluções de Inteligência Artificial do TJPE. Membro da Comissão Nacional de Altos Estudos sobre a magistratura e as Mídias Sociais da ENFAM. Presidente do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do TJPE de julho de 2017 a novembro de 2021. Coordenador da Coordenadoria de Família do Tribunal de Justiça de Pernambuco entre os meses de agosto de 2019 e janeiro de 2020.

Curso de Formação de Formadores-Enfam: Sim

Dados de contato: Tel.: (81) 9245-1581 / E-mail: silvionbf@gmail.com

Tema: Atuação dos centros de Inteligências da Justiça Federal

Expositora: Dra. Vanila Cardoso André de Moraes

CPF: 511.112.330-04

Síntese do currículo: Juíza federal na 18ª Vara, em Belo Horizonte. Mestre em Justiça Administrativa pela Universidade Federal Fluminense e Doutora em Sociologia e Direito pela mesma Universidade. Gestora Nacional de Pesquisa a respeito das Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes pelo Planejamento Estratégico da Justiça Federal/STJ/ CJF; Coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pelo conteúdo do Curso Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes da Enfam; Formadora da Enfam para o Módulo Nacional de Formação Inicial dos Juízes; Formadora da ENFAM no Curso Formação de Formadores, Professora de Pós Graduação em Processo Constitucional da PUC/MG, integrante do Comitê Técnico de Pesquisa, Editoração e Intercâmbio do Conselho do CTPA; Pesquisadora do Núcleo de Ciência do Poder Judiciário (NUPEJ) da Universidade Federal Fluminense (UFF); Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa da Administração da Justiça da Universidade Federal de Minas Gerais; Coordenadora da Comissão de Estudos Judiciários da Ajufe (Associação dos Juízes Federais) e Diretora Cultural da AJUFEMG (Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais), Autora das obras: Demandas repetitivas decorrentes de ações e omissões da Administração Pública e A igualdade -formal e material - nas demandas repetitivas sobre direitos sociais, além de diversos artigos e coordenação de livros.

Curso de Formação de Formadores-Enfam: Sim

Dados de contato: Tel.: (31)9999-10944 / E-mail: vanila.moraes@yahoo.com.br

Conteúdo programático:

1. Os centros de inteligência e o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos
2. Centros de inteligência e a gestão de precedentes
3. Cooperação jurídica: potencialidades e boas práticas

4. Atuação dos centros de Inteligências da Justiça Federal

6.3 OFICINAS/ATELIÊS

Data: 05/10/2023

Horário: 10h às 12h

OFICINAS/ATELIÊS

1 - Problemas complexos e soluções sistêmicas

Facilitadores(as): Desa. Taís Schilling Ferraz

2 - Gestão de precedentes e os Centros de inteligência

Facilitadores(as): Dr. Marcelo Ornellas Marchiori

3 - Práticas de Cooperação

Facilitadores(as): Dr. Sílvio Neves Baptista Filho

Metodologia e avaliação: ver itens 7 e 8.

6.4 PAINEL II

Data: 05/10/2023

Horário: 14h às 16h

Presidente de mesa: Des. Luíz Carlos Hiroki Muta

Síntese do currículo: Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3.a Região. Foi Corregedor Regional da Justiça Federal da 3.a Região no biênio 2018-2020 e Diretor da EMAG no biênio 2016-2018. Foi membro efetivo da Comissão do XIII Concurso Público de Ingresso na Magistratura Federal da 3.a Região. Ocupou os cargos de juiz federal de São Paulo e juiz coordenador-administrativo de São José dos Campos. Foi assessor de vice Procurador-Geral da República e de Ministro do Supremo Tribunal Federal. É Mestre em Direito e Estado e especializado em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB).

Curso de Formação de Formadores: Não

Dados de contato: Tel.: (11) 3012-1309/ E-mail: gabcmmt@trf3.jus.br

Tema: A experiência da Justiça do Trabalho na prevenção da litigiosidade predatória no polo passivo

Expositor: Dr. Rodrigo Trindade de Souza CPF: 904.865.870-53

Síntese do currículo: Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2007), Especialista em Derecho Laboral pela Universidad de la Republica, Uruguai (2013), Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Unibrasil (2004). Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da IV Região, desde 2002. Vice presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas do RS (Amatra-4). Membro eleito do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura do Trabalho do RS (Femargs). Membro eleito do Conselho Consultivo da Escola Judicial do TRT-IV. Professor convidado em cursos de pósgraduação em Femargs, Uniritter, Unisinos, UCS, Unisc, Imed, e Faculdades IDC.

Curso de Formação de Formadores: Não

Dados de contato: Tel.: (51)9819-49588 / E-mail: rsouza@trt4.jus.br

Tema: DataJud – Política Pública de Prevenção à Litigância Repetitiva

Expositora: Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar CPF: 958.989.720-72

Síntese do currículo: Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Integrante do Centro de Inteligência do Poder Judiciário no CNJ (CIPJ). Coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias. Ex-Juíza Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Ex-Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Juíza Federal na 4ª Região. Ex-Coordenadora do Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional (ICN). Mestranda em Direito na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Curso de Formação de Formadores: Não**Dados de contato:** Tel.: (61)9915-77281 / E-mail: ana.aguiar1@hotmail.com**Tema: Monitoramento e prevenção da litigância repetitiva****Expositora: Dra. Priscilla Costa Correa** CPF: 079.066.267-10

Síntese do Currículo: Juíza Federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (TRF2), desde 2007, atualmente convocada para atuar como juíza auxiliar no Conselho Nacional de Justiça. Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Justiça Administrativa pela UFF. Integra o corpo docente permanente do Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Integrante dos Grupos de Pesquisa "Direito, Desenvolvimento, e Impactos das decisões judiciais", PPGD/ ENFAM e Laboratório de estudos processuais/UFF. Publicou "Direito e Desenvolvimento: Aspectos relevantes do Judiciário brasileiro", CEJ, 2014. Professora na Escola da Magistratura Estadual do Rio de Janeiro (EMERJ), e na Escola Nacional da Magistratura (ENM). Instalou e presidiu o Centro de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro (CLIP/RJ), de 2017 a 2020. Membro do Conselho de Inovação do AMBLab. Exerceu cargos de Advogada da União (AGU), e Analista Judiciário.

Curso de Formação de Formadores: Não**Dados de contato:** Tel.: (21)9602-14011 / E-mail: priscilla.correa@jfrj.jus.br**Tema: Atuação dos centros de Inteligências da Justiça Trabalhista****Expositor: Des. José Jorge Ribeiro da Luz** CPF: 328.340.129-20

Síntese do currículo: Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e foi professor na Escola da Magistratura de Rondônia, em curso de especialização no Tribunal de Contas do Estado e professor da Faro - Faculdade de Rondônia e Faculdade Avec de Vilhena. Atualmente ocupa a função de Suplente do Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral até 31/12/2023, no Tribunal Regional Eleitoral-RO. Graduado em direito pela Universidade Estadual de Londrina (1986) e formação em contabilidade. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Petrópolis. Mesetre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - UNIR/RO. É coordenador do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Curso de Formação de Formadores: Não**Dados de contato:** Tel.: (69) 98121-4200 / E-mail: jjorge@tjro.jus.br**Conteúdo programático:**

1. A experiência da Justiça do Trabalho na prevenção da litigiosidade predatória no polo passivo
2. DataJud – Política Pública de Prevenção à Litigância Repetitiva
3. Monitoramento e prevenção da litigância repetitiva
4. A inteligência artificial como parceira da jurisdição

Metodologia e avaliação: ver itens 7 e 8.**6.5 PAINEL III****Data:** 05/10/2023**Horário:** 16h às 18h

Presidente de mesa: Des. Marcelo Camara Raslan (Integrante do Grupo decisório do CIJEMS - TJMS) Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (2003) e especialização em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2013). Integrante do Grupo decisório do TJMS.

Curso de Formação de Formadores: Não**Dados de contato:** Tel.: (67) 3314-1380, (67) 99325-2750 / E-mail: marcelo.rasslan@tjms.jus.br

Tema: Boas práticas cooperativas**Expositora: Dra. Kátia Parente Sena** CPF: 374.679.135-91**Síntese do currículo:** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (1994). Atualmente é Juíza de Direito da 3ª Entrância do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Formadora da Enfam.**Curso de Formação de Formadores:** Sim**Dados de contato:** Tel.: (91)8111-5783 / E-mail: katia.sena@tjpa.jus.br**Tema: Cooperação Judicial e as demandas estruturais****Expositor: Dr. Marco Bruno Miranda Clementino** CPF: 020.467.424-78**Síntese do currículo:** Juiz Federal desde 2003, atualmente lotado na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, onde exerceu a função de Diretor do Foro entre 2015-2019. Integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, como Titular (2009-2011) e Suplente (2013-2015), tendo exercido a função de Diretor da Escola Judiciária Eleitoral (2010-2011) e presidido a Comissão de Apuração das Eleições de 2010 no Estado do Rio Grande do Norte. Em 2012, atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional da Justiça no Conselho Nacional de Justiça. Foi Presidente da Associação Regional dos Juizes Federais da 5ª Região (2007-2009) e Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (2012-2014). Atualmente, é membro do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal e do Comitê Nacional da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça. Coordenou duas edições do Curso de Iniciação à Magistratura do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2014 e 2019), tendo sido Coordenador de Módulos em outra edição. É formador da ENFAM, onde também exerceu a função de Coordenador Geral do Comitê Técnico de Formação e Pesquisa. Integra, desde 2011, o Comitê Técnico de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Conselho da Justiça Federal. Mestre e Doutor em Direito, é Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrando também o Programa de Pós-Graduação em Direito. Foi vencedor de duas edições do Prêmio AJUFE de Boas Práticas, recebendo ainda menção honrosa numa terceira edição. Foi vencedor também do Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça. Atuava na coordenação do sistema CRETA, quando o TRF5 foi contemplado com o Prêmio Inovare. É Coordenador do IBET-Natal. Tem formação em formação em liderança e inovação pela Harvard Kennedy School.**Curso de Formação de Formadores-Enfam:** Sim**Dados de contato:** Tel.: (84)9960-99651 / E-mail: marcobruno@jfrn.jus.br**Tema: Demandas predatórias: gestão e controle****Expositora: Dra. Mônica Silveira Vieira** CPF: 043.501.346-70**Síntese do currículo:** Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004 e 2010). Juíza de Direito no Estado de Minas Gerais. Autora e coautora de livros e artigos jurídicos.**Curso de Formação de Formadores-Enfam:** Não**Dados de contato:** Tel.: (31)9910-89444 / E-mail: monica.silveira@tjmg.jus.br**Tema: Tema 1.033 do STF: perspectivas de atuação dos Centros de Inteligência.****Expositora: Dra. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade** CPF: 894.393.921-34**Síntese do currículo:** Possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2002) e pós-graduação lato sensu em Direito Constitucional pela UNIDERP (2012). Juíza do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2004. Atualmente titular da 1ª Vara dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública da Comarca de Três Lagoas-MS. Compõe o grupo operacional do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul. Mestranda em Direitos Humanos pela UFMS. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Global" (UFMS/CNPq).**Curso de Formação de Formadores-Enfam:** Sim**Dados de contato:** Tel.: (67)9842-67198 / E-mail: janinerotrindade@gmail.com

Conteúdo programático:

1. Boas práticas cooperativas
2. Cooperação Judicial e as demandas estruturais
3. Demandas predatórias: gestão e controle
4. Tema 1.033 do STF e a perspectiva de atuação dos CI.

Metodologia e avaliação: ver itens 7 e 8.

6.6 OFICINAS/ATELIÊS

Data: 06/10/2023

Horário: 8h às 10h

1 – Cooperação

Facilitadora: Dra. Kátia Parente Sena

2 – Litígios estruturais

Facilitador: Dr. Marco Bruno Miranda Clementino

3 – Demandas predatórias

Facilitadora: Dra. Mônica Silveira Vieira

Metodologia e avaliação: ver itens 7 e 8.

6.7 PALESTRAS DE ENCERRAMENTO

Data: 06/10/2023

Horário: 10h às 12h

Tema: A Justiça Brasileira e a atuação em rede.

Formadora: Dra. Renata Gil de Alcantara Videira **CPF:** 006.623.847-17

Síntese do currículo: Juíza titular da 40ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ – 2016/2019) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB – 2020/2022). Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (NUCLEF-UFF). Mestre em Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Integrou a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e idealizou a Central de Assessoramento Criminal (CAC), cartório de funcionários “sem rosto”, iniciativa reconhecida como modelo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Conselheira da Enfam. Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

Curso de Formação de Formadores - Enfam: Não

Dados de contato: Tel.: (61) 2326-5000 / E-mail: rgavideira@gmail.com

7. ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

7.1 Metodologia

A estratégia de ensino aprendizagem foi operacionalizada com ênfase na formação humanística, ética, cooperativa e interdisciplinar a ser realizada por meio da modalidade semipresencial com atividades teóricas e práticas.

A estrutura pedagógica do curso foi distribuída em ambientação e sala de aula invertida na modalidade à distância. Na modalidade presencial 01 painel de abertura, 03 painéis práticos com a consolidação em três oficinas/ateliês e 01 painel de encerramento.

Os conteúdos programáticos que serão tratados/estudados no congresso serão ministrados por especialistas no assunto, representantes de várias instituições que atuam na área, com notório conhecimento e vasta experiência profissional. Os expositores abordarão casos práticos e problematizações reais que levem o discente a analisar e interpretar, com uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional.

Priorizará os aspectos práticos com a utilização de métodos ativos, como sala de aula invertida, *brainstorming*, aula expositiva-dialogada, estudos de casos para solução de problemas na forma de oficinas. O conteúdo proposto, parte teórica e prática, será transmitido pelos expositores por meio de apresentação dialogada, com análise de casos práticos. Os discentes poderão apresentar as peculiaridades de suas vivências, esclarecendo as dúvidas existentes, o que auxiliará na consolidação do aprendizado.

Os painéis serão de participação coletiva e seus temas darão subsídios para as oficinas.

Para cada painel serão realizadas oficinas com temáticas diferentes que acontecerão de forma simultânea, no auditório e as outras 2 (duas) em salas para 50 (cinquenta) participantes cada. Para cada grupo das oficinas, além dos respectivos formadores, ficará um (a) servidor (a) da equipe da Ejud-MS para secretariar os trabalhos.

As atas elaboradas durante as oficinas subsidiarão a elaboração de Orientação para os representantes do CIJEMS, onde pretende-se delinear quais ações podem ser tomadas acerca do que foi discutido e tratado no evento.

Nesse contexto, a interação será entre professor-aluno, aluno-aluno e aluno-professor. As aulas serão oferecidas de forma híbrida, ou seja, parte de forma assíncrona, por intermédio da sala de aula invertida que será disponibilizada no AVA Ejud-MS – Moodle (dia 04/10), e parte presencial em ambiente de sala de aula, localizada Centro de Convenções de Bonito-MS, Rodovia Bonito/Guia Lopes, Km 02, Bonito - MS, 79290-000, Bonito – MS, nos dias 04, 05 e 06 de outubro de 2023.

Para a concentração de todas as informações referentes ao evento, foi criado um site (<https://ejud.tjms.jus.br/2-encontro-centro-inteligencia/>) onde estão disponíveis a programação científica (sem indicação dos formadores, que ocorrerá mais próximo ao evento), o link para as inscrições. A frequência e a certificação serão de responsabilidade da Ejud-MS.

Serão destinadas 16 horas totais para a realização das aulas presenciais, perfazendo 16 horas/aula de carga horária do curso.

7.2 Estrutura Pedagógica e Organizacional

Data/Horário	Objetivos Específicos	Unidades Conteúdo Programático	Metodologia de Ensino	Carga Horária	Recursos Didáticos	Avaliação de Aprendizagem
--------------	-----------------------	--------------------------------------	-----------------------------	------------------	-----------------------	---------------------------------

04/10/2023 Das 18 h às 22h	- Identificar os representantes dos Centros de Inteligência para integração e efetiva cooperação;	Palestra de Abertura Tema: Integração entre os representantes dos Centros de Inteligência Palestrante: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca Conteúdo programático: Brainstorming com os representantes dos Centros de Inteligência.	Aula expositiva dialogada com apresentação de slides.	4h	Projetor, microfone	Ao lado do disposto no item 8, a avaliação para aprendizagem (Sala de aula invertida e Unidades I, II, III, IV, V e VI) será formativa e realizada durante todo o curso, de forma individual e coletiva, a partir da observação dos(as) formadores(as) quanto à participação dos cursistas em sala de aula. A avaliação de forma coletiva será pela análise da capacidade de interatividade, urbanidade, colaboração e propostas de soluções aos problemas suscitados. A avaliação individual será a participação nas atividades propostas no curso.
05/10/2023 das 8h às 10h	- Aplicar o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos; IDENTIFICAR a gestão de precedentes, as potencialidades da cooperação jurídica e a atuação dos Centros de Inteligência da Justiça Federal.	PAINEL I Presidente de mesa: Desa. Salise Monteiro Sanchotene (Conselheira do CNJ) Expositora: Dra Taís Schilling Ferraz Expositor: Dr. Marcelo Ornellas Marchiori Expositor: Dr. Sílvia Neves Baptista Filho Expositora: Dra. Vanila Cardoso André de Moraes Conteúdo Programático: 1. Os centros de inteligência e o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos 2. Centros de inteligência e a gestão de precedentes 3. Cooperação jurídica: potencialidades e boas práticas 4. Atuação dos centros de Inteligências da Justiça Federal	Aula expositiva dialogada com apresentação de slides.	2h	Notebook, Projetor para slides, Bloco de notas, Canetas, Microfone e Caixas de som. Mesas/cadeiras para reunião dos grupos.	
05/10/2023 das 10h às 12h	- Aplicar o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos; IDENTIFICAR a gestão de precedentes, as potencialidades da cooperação jurídica e a atuação dos Centros de Inteligência da Justiça Federal.	Oficinas/Ateliês: 1 - Problemas complexos e soluções sistêmicas Facilitadora: Desa. Taís Schilling Ferraz 2 - Gestão de precedentes e os	Estudos de casos, discussão em grupo e apresentação	2h Atividade prática	Sala específica, bloco de notas, projetor, microfone e notebook.	

		Centros de inteligência Facilitadores: Dr. Marcelo Omellas Marchiori Dra. Vanila Cardoso André de Moraes 3 - Práticas de Cooperação Facilitador: Des. Sílvio Neves Baptista Filho				
05/10/2023 das 14h às 16h	- CONHECER o trabalho da Justiça do Trabalho na prevenção da litigiosidade predatória; IDENTIFICAR o DataJud como política de prevenção e MONITORAR a litigância repetitiva	PAINEL II Presidente de mesa: Des. Federal Luís Carlos Hiroki Muta Expositor: Dr. Rodrigo Trindade de Souza Expositora: Dra. Ana Lucia Andrade de Aguiar Expositora: Dra. Priscilla Costa Correa Expositor: Des. José Jorge Ribeiro da Luz Conteúdo Programático: 1. A experiência da Justiça do Trabalho na prevenção da litigiosidade predatória no polo passivo 2. DataJud – Política Pública de Prevenção à Litigância Repetitiva 3. Monitoramento e prevenção da litigância repetitiva 4. A inteligência artificial como parceira da jurisdição	Aula expositiva dialogada com auxílio de slides informativa e slides.	2h	Notebook, Projetor para compartilhamento da tela, Bloco de notas, Canetas, Microfone e Caixas de som.	
05/10/2023 das 16h às 18h	- APLICAR a cooperação judicial, inclusive nas demandas estruturais, com ênfase na gestão e controle das demandas predatórias.	PAINEL III Presidente de mesa: Des. Marcelo Camara Rasslan Expositora: Dra. Kátia Parente Sena Expositor: Dr. Marco Bruno Miranda Clementino Expositora: Dra. Mônica Silveira Vieira Expositora: Dra. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade Conteúdo	Aula expositiva dialogada com auxílio de slides informativa e slides.	2h	Notebook, Projetor para compartilhamento da tela, Bloco de notas, Canetas, Microfone e Caixas de som.	

		programático: 1. Boas práticas cooperativas 2. Cooperação Judicial e as demandas estruturais 3. Demandas predatórias: gestão e controle 4. Tema 1.033 do STF: perspectivas de atuação dos Centros de Inteligência			
06/10/2023 das 8h às 10h	- APLICAR a cooperação judicial, inclusive nas demandas estruturais, com ênfase na gestão e controle das demandas predatórias.	OFICINAS/ATELIÊS 1-Cooperação Facilitadora: Dra. Kátia Parente Sena Dra. Ana Lucia Andrade de Aguiar 2-Litígios estruturais Facilitadores: Dr. Marco Bruno Miranda Clementino Dr. Rodrigo Trindade de Souza Dra. Priscilla Costa Correa 3-Demandas predatórias Facilitadora: Dra. Mônica Silveira Vieira Dra. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade	Estudos de casos, discussão em grupo e apresentação	2h Atividade prática	Notebook, Projetor para compartilhamento da tela, Bloco de notas, Canetas, Microfone e Caixas de som.
06/10/2023 das 10h às 12h	Desenvolver a atuação em rede entre as Justiças.	PALESTRA DE ENCERRAMENTO Tema: A Justiça Brasileira e a atuação em rede Formadora: Renata Gil		2h	Notebook, Projetor para compartilhamento da tela, Bloco de notas, Canetas, Microfone e Caixas de som.

A metodologia adotada tem por escopo otimizar o máximo possível a experiência e o conhecimento coletivo, servindo também para estimular o raciocínio, a argumentação, e não a simples memorização de informações.

Os discentes trabalharão com observância das diretrizes pedagógicas fomentadas pela Enfam e pela Ejud-MS: protagonismo do aluno, metodologias ativas e resolução de problemas da atividade jurisdicional, ou seja, a aprendizagem será construída a partir de uma metodologia que permita o aprimoramento na matéria penal e processual criminal.

Assim, com base na educação dialética, o método adotado é o da problematização, ou seja, a partir do conhecimento prévio, o(a) aluno(a) passa a utilizar técnicas ativas de ensino e passa a ser protagonista no seu processo de aprendizagem, desenvolvendo as competências necessárias para aplicação dos conhecimentos aperfeiçoados na presente ação formativa.

8. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação integrará todo o processo de ensino e aprendizagem desta ação educacional. Ocorrerá com foco qualitativo para a prática na atividade profissional, com caráter formativo e será aplicado de forma individual e coletiva ao longo do período de realização do curso, com o propósito de favorecer o desenvolvimento das competências definidas nos objetivos específicos traçados em conformidade com os conteúdos programáticos constantes nas unidades de ensino da presente ação formativa.

Será composto pela avaliação diagnóstica, pela avaliação para aprendizagem e pelas avaliações de reação do desenvolvimento da ação educacional, do desempenho do docente e de impacto (realizadas pelos discentes) e pela avaliação de desempenho da Ejud-MS (realizada pelos docentes).

8.1 Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica será realizada no início da ação formativa, por ocasião da apresentação no ambiente virtual e no *brainstorming* que ocorrerá na abertura da unidade II, conforme item 7.2 Estrutura Pedagógica e Organizacional, com propósito de visualizar o conhecimento prévio dos(as) discentes sobre a temática do curso.

8.2 Avaliação para Aprendizagem

A avaliação para aprendizagem, na perspectiva deste curso, acontecerá durante todo o período da realização da ação educacional, de forma individual e coletiva, por meio de estratégias que integrem elementos objetivos, qualitativos e quantitativos, com propósito de permitir a aferição da capacidade de aplicação do conhecimento teórico à prática, e de favorecer o desenvolvimento dos objetivos da ação educacional, conforme previsto no inciso VI do art. 6º da Instrução Normativa n. 1/2017-Enfam e no art. 59 da Res. n. 2/2016-Enfam.

Especificamente no presente curso, além acompanhamento contínuo das(os) formadoras(es) no período da ação, acontecerá a avaliação por ocasião da participação nas metodologias ativas propostas no planejamento de ensino.

O aproveitamento será avaliado pelas(os) docentes com base na tabela conceitual abaixo.

Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente
90 a 100	75 a 89	51 a 74	0 a 50

Para fins de certificação, o(a) discente será avaliado pelo aproveitamento com o parâmetro igual ou superior a 75 pontos na avaliação para aprendizagem.

Outrossim, ainda para fins de certificação, também será observado o mínimo de 75% de participação do(a) discente, verificada por intermédio do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e da assinatura em lista de presença, com registro de frequência, assiduidade e pontualidade. Os casos de ausência serão apreciados pelo Diretor-Geral da Ejud-MS.

O(a) magistrado(a) que atingir o percentual necessário na avaliação para aprendizagem e na frequência, receberá certificado de conclusão de curso da Ejud-MS.

A carga horária da presente ação formativa, é válida para fins de vitaliciamento e de promoção na carreira por merecimento, conforme determinam as normativas da Enfam.

8.3 Avaliação de Reação

A avaliação de reação consiste em verificar a satisfação do(a) aluno(a) sobre a qualidade do desenvolvimento do curso e do desempenho dos(as) formadores(as), conforme disposição do inciso VII do art. 6º da Instrução Normativa n. 1/2017-Enfam e do art. 60, da Res. n. 2/2016-Enfam.

8.3.1 Desenvolvimento do curso

A aferição da satisfação do desenvolvimento do curso será realizada por meio do preenchimento de um questionário proposto pela Ejud-MS (modelo no anexo I), com a aplicação dos conceitos: insuficiente, regular, bom e ótimo. A identificação do(a) avaliador(a) será facultativa. Abaixo estão reproduzidos os quesitos da Avaliação de Reação do Desenvolvimento da Ação Educacional:

Autoavaliação: 1. Desempenho e dedicação do discente nesta ação educacional, considerando leitura, realização das tarefas e envolvimento. 2 Contribuição do discente durante as aulas ou encontros, no que se refere a colaborar os participantes.

Programação/Conteúdo: 1. Clareza e objetividade na definição dos temas e respectivos conteúdos programáticos da ação educacional, o curso. 2. Conteúdos programáticos estudados durante a realização da ação educacional. 3. As metodologias ativas aplicadas na realização das atividades práticas das aulas. 4 A carga horária programada para as atividades realizadas na ação educacional. 5. A avaliação para aprendizagem aplicada pelo docente durante a ação educacional.

Apoio Organizacional: 1. Qualidade da instalação predial e mobiliária (presencial) e/ou o acesso e navegação no ambiente virtual de aprendizagem (online). 2. Material didático disponível para o aprendizado durante a realização da ação educacional. 3. Recursos pedagógicos e/ou tecnológicos utilizados para a interatividade e dinâmica da aula. 4. Trabalho e suporte técnico da equipe de apoio da Ejud-MS.

Utilidade e Aplicabilidade: 1. A utilidade dos conhecimentos adquiridos durante a ação educacional e aplicação na resolução de problemas no desempenho das atividades laborais.

8.3.2 Desempenho do formador

O desempenho dos(as) formadores(as) será avaliado por intermédio de resposta ao questionário proposto pela Ejud-MS (modelo no anexo II), com identificação facultativa do(a) avaliador(a). Abaixo estão reproduzidos os quesitos da Avaliação de Reação do Desempenho do Formador:

1. Domínio do conteúdo programático estudado na ação educacional. 2. Capacidade de comunicação (clareza, objetividade, assertividade, dinamismo e segurança nas explicações da matéria estudada). 3. Habilidade de estimular interesse dos participantes pelo tema tratado (didática). 4. Disposição para esclarecimento de dúvidas dos participantes sobre a matéria estudada. 5. Recursos didáticos e pedagógicos utilizados (metodologias aplicadas). 6. Condução da avaliação para aprendizagem na perspectiva formativa (desempenho individual e coletivo), realizada durante a aula. 7. Adequação do tempo destinado às atividades propostas na ação educacional. 8. Postura ética e humanística no tratamento com os participantes.

8.4. Avaliação de Desempenho da Ejud-MS

Objetiva analisar o grau de satisfação do(a) docente referente ao desempenho da escola e será

realizada pelo(a) docente logo após a realização da ação educacional. (modelo no anexo III).

O desempenho da Ejud-MS será avaliado por intermédio de resposta ao questionário proposto pela Ejud-MS (modelo no anexo III). Abaixo estão reproduzidos os quesitos da Avaliação de Desempenho da Ejud-MS:

1. Curso na modalidade presencial: o suporte/apoio logístico recebido da EJUD-MS no tocante às questões: recepção, hospedagem, alimentação, traslados e outros. Curso na modalidade EaD: Curso na modalidade a distância. O suporte/apoio logístico recebido da EJUD-MS no tocante às questões: comunicação via telefone, WhatsApp, e-mail, reunião síncrona para as tratativas necessárias para a realização do curso
2. As instalações físicas (sala de aula presencial com mobiliário adequado e recursos didáticos pedagógicos disponíveis) e/ou acesso e navegação no ambiente virtual de aprendizagem (online) com recursos tecnológicos e apoio da equipe técnica.
3. Quanto à utilização das diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EJUD-MS para a elaboração do meu plano de aula.
4. A realização desta ação educacional contribuiu para minha experiência enquanto docente.

9. ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS(AS) DOCENTES

Durante o período de realização do curso, o(a) docente deverá:

1. Apresentar plano de aula conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Interno da Ejud-MS, as diretrizes pedagógicas da Enfam, e cronograma da Ejud-MS;
2. Planejar e desenvolver as aulas de forma a promover o debate e a construção do conhecimento, além de estimular a participação dos(as) discente(s) de maneira colaborativa e crítica, considerando os conhecimentos prévios deles(as) e a avaliação diagnóstica;
3. Programar atividades de aplicação do conteúdo que deverão ser realizadas pelos(as) participantes durante o desenvolvimento da ação educacional;
4. Preparar e disponibilizar os materiais didáticos que deverão ser entregues para o aprimoramento da aprendizagem dos(as) discente(s) durante a sala de aula invertida e durante as aulas presenciais;
5. Ter domínio da metodologia de ensino, de ferramentas tecnológicas e de recursos instrucionais;
6. Garantir o bom andamento da ação formativa em consonância com o plano de aula, comunicando à Ejud-MS conduta ou incidente prejudicial;
6. Avaliar a aprendizagem dos(as) participantes, tanto no decorrer da ação formativa quanto ao final, e participar dos processos de avaliação institucional;
8. Obter resultado de avaliação de desempenho de docência “bom” ou “ótimo”, conforme previsto no Projeto Político-Pedagógico;

10. ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS(AS) DICIENTES

Durante o período de realização do curso, o(a) discente deverá:

1. Tratar com urbanidade os(as) docentes e demais discentes;
2. Acessar o ambiente virtual do curso e observar os prazos do cronograma
3. Ficar atento aos avisos enviados pela Ejud-MS
4. Participar da sala de aula invertida na modalidade a distância e ler os documentos disponibilizados

5. Participar das aulas presenciais;
6. Observar o horário de realização das aulas presenciais
7. Participar das metodologias ativas propostas nas aulas presenciais
8. Responder, ao final do curso, as avaliações de reação do desenvolvimento da ação educacional e do desempenho do(a) formador(a) e responder, após prazo de 90 dias, avaliação de impacto.

11. BIBLIOGRAFIA

1. BICUDO, Juliana Moraes. A atividade regulatória e a concentração de demandas no Poder Judiciário. In: MORAES, Vânia Cardoso Andrade de (Coord.). As demandas repetitivas e os grandes litigantes: possíveis caminhos para a efetividade do sistema de justiça brasileiro. Brasília: Enfam, 2016.
2. DIDIER JR. Fredie; ZANETTI JR.; Hermes; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (org). Processos estruturais. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2021. p. 423-461.
3. FERRAZ, T. S.. A litigiosidade como fenômeno complexo: quanto mais se empurra, mais o sistema empurra de volta. REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA , v. 25, p. 163-191, 2023.
4. FERRAZ, T. S.. Interações no fluxo de formação e aplicação de precedentes: efeitos sistêmicos das escolhas em demandas repetitivas. REVISTA DE PROCESSO, v. 342, p. 339-361, 2023.
5. MARCHIORI. MARCELO ORNELLAS. As diretrizes em construção do incidente de resolução de demandas repetitivas e os seus impactos na prática formação dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça. In: Teresa Arruda Alvim; Sérgio Luiz Kukina; Pedro Miranda de Oliveira; Alexandre Freire. (Org.). O CPC de 2015: visto pelo STJ. 1ed.São Paulo:Thomson Reuters Brasil, 2021, v. , p. 1275-1292.
6. MARCHIORI. MARCELO ORNELLAS. As diretrizes em construção do incidente de resolução de demandas repetitivas e os seus impactos na prática formação dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça. In: Teresa Arruda Alvim; Sérgio Luiz Kukina; Pedro Miranda de Oliveira; Alexandre Freire. (Org.). O CPC de 2015: visto pelo STJ. 1ed.São Paulo:Thomson Reuters Brasil, 2021, v. , p. 1275-1292.
7. MORAES, Vânia Cardoso André. Centros de Inteligência da Justiça Federal: uma estratégia institucional de sucesso. In: Conselho Justiça Federal. (Org.). Série CEJ. Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal. Notas técnicas e ações; v.2). 1ed.Brasília/DF: Conselho Justiça Federal, 2019, v. II, p. 70-78.
8. MORAES, Vânia Cardoso André. Centro Nacional (e Locais) de Inteligência da Justiça Federal: Um sistema organizado para construção de uma instituição eficaz e inclusiva em todos os níveis. In: Conselho de Justiça Federal (Brasil). Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal. (Org.). Estratégias de prevenção de conflitos, monitoramento e gestão de demandas e precedentes. 1ed.Brasília, DF: Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, 2018, v. 1, p. 11-22.
9. MORAES, Vânia Cardoso André. Uma Proposta de vinculação da decisão em incidente de resolução de demandas repetitivas às causas de direito Público, representativas do maior número de

processos em tramitação no Brasil. In: Reynaldo Soares da Fonseca; Roberto Carvalho Veloso. (Org.). Justiça Federal: Estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, v. , p. 811-826.

12. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Para o desenvolvimento e desempenho do evento será realizada a contratação de empresa especializada de organização de eventos para fornecer apenas o indispensável, observando-se que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul não dispõe de recursos humanos e materiais para desenvolver as atividades correlatas do evento. Sem prejuízo do material tradicional (textos impressos), os principais recursos instrucionais a ser utilizados serão disponibilizados de duas formas: a tradicional (*in loco*) e a *on line* (<http://ejud.tjms.jus.br> - AVA/Ejud-MS), conforme segue:

- Recursos Tradicionais: quadro branco, *flipchart*, *slides* em *PowerPoint*, notebooks, vídeos, *pen drive*, datashow, microfones sem fio e auriculares, amplificadores e caixas de som, cronômetro digital, bloco de notas, canetas, mesas/cadeiras etc.
- Recurso *on line*: o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Ejud-MS, na plataforma *moodle*, disponibiliza a programação do curso, material da sala de aula invertida e outros.

12.1. Apoio Tecnológico

É necessário suporte por ocasião da utilização do aparelho de Datashow para a aula expositiva, na gravação do curso e para eventual auxílio dos discentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Ejud-MS.

12.2. Apoio Logístico e Operacional

A ação educacional ocorrerá no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no Auditório da Ejud-MS, na data e horário estabelecidos no item 2.

É necessário que seja feita a organização do espaço físico – auditório e salas para realização dos painéis, de acordo com cada tema (com disposição das mesas em formato U e disponibilização cadeiras), e o acompanhamento, mediante lista de presença, dos discentes e docentes.

Solicitação de coffee break, cobertura jornalística da abertura, diárias de participantes lotados em outras comarcas, traslado e hospedagem dos palestrantes, dentre outras providências necessárias conforme logística observada pela Ejud-MS.

13. PREVISÃO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

Previsão do investimento financeiro para o exercício da docência:

Docentes do curso

Curso Semipresencial – 4 horas modalidade à distância (tutoria) e 16 horas modalidade presencial particionado por formador(a), conforme definido nas unidades.

Artigo 25, §2º da Resolução Enfam n. 1 de 13 de março de 2017 – 20 h/a

“Art. 25. No curso que contar com mais de um formador simultâneo, as horas-aulas serão divididas entre eles, caso não seja possível quantificar a hora-aula de cada formador.

Anexo da Resolução Enfam n. 1/2017 – valor da retribuição financeira pelo exercício da atividade

docente.

Coordenadora do curso

Artigo 24, IV da Resolução Enfam n. 1 de 13 de março de 2017 – 20 h/a

Artigo 24, IV – coordenador de tutoria e coordenador de curso – total de horas-aula do curso;

Anexo da Resolução Enfam n. 1/2017 – valor da retribuição financeira pelo exercício da coordenação do curso.

14. RESPONSÁVEIS

Campo Grande - MS, 1º de setembro 2023.

Tamara Cândia D'Oliveira Rioja
Diretora da Secretaria da Ejud-MS
Formadora da Enfam
CPF: 739.130.901-00

Juíza Kelly Gaspar Duarte
Coordenadora do Curso
Formadora da Enfam
CPF: 025.517.179.06

Des. Odemilson Roberto Castro Fassa
Diretor-Geral da Ejud-MS
CPF: 784.764.888-15



ANEXO I

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EDUCACIONAL

Curso: II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DE V. EX ^a . SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CURSO				
Senhor (a) discente, A EJUD-MS considera de extrema importância sua opinião sobre a presente ação educacional para aperfeiçoar futuras atividades. Portanto, registre no questionário sua avaliação conceitual, categorizada em “Ótimo, Bom, Regular ou Insuficiente”. A avaliação é anônima. A equipe da EJUD-MS agradece a sua contribuição. À disposição.				
1. AUTOAVALIAÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSUFICIENTE
1.1 Meu desempenho e dedicação nesta ação educacional, considerando leitura, realização das tarefas e envolvimento, foi:				
1.2 Minha contribuição durante as aulas ou encontros, no que se refere a colaborar com a turma e com o docente, foi:				
MÉDIA PARCIAL				
2. PROGRAMAÇÃO/CONTEÚDO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSUFICIENTE
2.1 Quanto a clareza e a objetividade na definição dos temas e respectivos conteúdos programáticos da ação educacional, o curso foi:				
2.2 Considero que os conteúdos programáticos estudados durante a realização da ação educacional foi:				
2.3 As metodologias ativas ¹ aplicadas na realização das atividades práticas das aulas, foram:				
2.4 A Carga horária programada para as atividades realizadas na ação educacional, foi:				
2.5 A avaliação para aprendizagem aplicada pelo docente durante a ação educacional, foi:				
MÉDIA PARCIAL				
3. APOIO ORGANIZACIONAL	ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSUFICIENTE

¹ Metodologia ativa: atividades práticas realizadas para estimular o protagonismo do discente no seu processo de aprendizagem. Exemplo: simulação de audiência, dramatização, estudo de caso, visita técnica guiada, dinâmica de grupo e outros.

3.1 Quanto à qualidade da instalação predial e mobiliária (presencial) e/ou o acesso e navegação no ambiente virtual de aprendizagem (<i>online</i>), considero que foi:				
3.2 Material didático disponível para o aprendizado durante a realização da ação educacional				
3.3 Recursos pedagógicos e/ou tecnológicos utilizados para a interatividade e dinâmica da aula				
3.4 Trabalho e suporte técnico da equipe de apoio da EJUD-MS				
MÉDIA PARCIAL				
4. UTILIDADE E APLICABILIDADE	ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSUFICIENTE
4.1 A utilidade dos conhecimentos adquiridos durante a ação educacional pode ser aplicado na resolução de problemas no desempenho de minhas atividades laborais, conforme o seguinte conceito:				
MÉDIA PARCIAL				
MÉDIA FINAL				
5. Atualmente exerço atividades na área compatível com o tema da ação educacional realizada?	Sim ()		Não ()	
6. Caso queira, registre aqui o que considera relevante para contribuir com o planejamento de ações semelhantes a esta, especialmente se respondeu insuficiente ou regular a algum item:				
Agradecemos a colaboração!				



ANEXO II

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DE DESEMPENHO DO FORMADOR

Curso: II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DE V. EX ^a . SOBRE O DESEMPENHO DO FORMADOR				
Senhor(a) discente, A EJUD-MS considera de extrema importância sua opinião sobre a presente ação educacional para aperfeiçoar futuras atividades. Portanto, registre no questionário sua avaliação conceitual, categorizada em “Ótimo, Bom, Regular ou Insuficiente”. A avaliação é anônima. A equipe da EJUD-MS agradece a sua contribuição. À disposição.				
Formador(a):	ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSUFICIENTE
1. Domínio do conteúdo programático estudado na ação educacional				
2. Capacidade de comunicação (clareza, objetividade, assertividade, dinamismo e segurança nas explicações da matéria estudada)				
3. Habilidade de estimular interesse dos participantes pelo tema tratado (didática)				
4. Disposição para esclarecimento de dúvidas dos participantes sobre a matéria estudada				
5. Recursos didáticos e pedagógicos utilizados (metodologias aplicadas ²)				
6. Condução da avaliação para aprendizagem na perspectiva formativa (desempenho individual e coletivo), realizada durante a aula				
7. Adequação do tempo destinado às atividades propostas em sala de aula				
8. Postura ética e humanística no tratamento com os participantes em sala de aula				
MÉDIA FINAL				
Caso queira, registre elogios, críticas e/ou sugestões, quanto ao desempenho do Professor.				



ANEXO III

AValiação de desempenho da EJUD-MS

Curso: II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DOCENTE SOBRE O DESEMPENHO DA EJUD-MS				
Senhor(a) docente, A EJUD-MS considera de extrema importância sua opinião sobre a presente ação educacional para aperfeiçoar futuras atividades. Portanto, registre no questionário sua avaliação conceitual, categorizada em “Ótimo, Bom, Regular ou Insuficiente”. A avaliação pode ser anônima. A equipe da EJUD-MS agradece a sua contribuição. À disposição.				
DESEMPENHO INSTITUCIONAL DA EJUD-MS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	INSUFICIENTE
1. Curso na modalidade presencial: o suporte/apoio logístico recebido da EJUD-MS no tocante às questões: recepção, hospedagem, alimentação, traslados e outros, foi:				
2. As instalações físicas (sala de aula presencial com mobiliário adequado e recursos didáticos pedagógicos disponíveis) e/ou acesso e navegação no ambiente virtual de aprendizagem (<i>online</i>) com recursos tecnológicos e apoio da equipe técnica, considero que foi:				
3. Quanto à utilização das diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EJUD-MS para a elaboração do meu plano de aula considero, que foi:				
4. A realização desta ação educacional contribuiu para minha experiência enquanto docente, equivalendo-se ao conceito:				
MÉDIA FINAL				
4. Apresente aqui seus elogios, críticas e sugestões quanto aos aspectos observados na EJUD-MS durante sua permanência e atuação:				